



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ADMITIDO, NUMERE-SEI PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

PUBLIQUE-SE do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Baixa à Comissão: de Política Geral

Para parecer até, 2011/09/07

2011/08/29

O Presidente,

Exmo. Senhor

Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia

Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Ref.º 95/CGAB/SEPCM/2011

Data: 26.Agosto.2011

Encarrega-me o Senhor Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de junto remeter para a audição prevista no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição e no n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, os seguintes projectos de diploma:

- Projecto de proposta de lei que transfere competências dos Governos Cívicos e dos governadores cívicos para outras entidades da Administração Pública em matérias de reserva de competência legislativa da Assembleia da República – *PCM (M-II) – (Reg. PL 50/2011)*;
- Projecto de decreto-lei que transfere competências dos Governos Cívicos e dos governadores cívicos para outras entidades da Administração Pública, liquida o património dos Governos Cívicos e define o regime legal aplicável aos respectivos funcionários – *M-II – (Reg. DL 51/2011)*.

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 80.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores solicita-se a emissão de parecer, por razões de urgência, até ao próximo dia 7 de Setembro de 2011.



PRESIDENCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

A urgência fundamenta-se na necessidade de garantir, no mais curto espaço de tempo, a definição das entidades que sucedem nas atribuições e competências dos Governos e dos Governadores Cívicos.

Com os melhores cumprimentos,

V. J. O Chefe do Gabinete

(Francisco José Martins)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ARQUIVO

Entrada 2811 Proc. Nº 08.06

Data: 01/08/29 Nº 164 IX



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

PL 50/2011

2011.08.26

Exposição de Motivos

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2011, de 27 de Junho, publicada no *Diário da República*, 2.ª série – n.º 124 – de 30 de Junho, procedeu à exoneração de todos os governadores civis existentes e mandou o Ministro da Administração Interna para apresentar ao Conselho de Ministros os projectos de diplomas legais relativos à transferência de competências dos governos civis para outras entidades da Administração Pública, à liquidação do seu património e à definição do regime legal aplicável aos seus funcionários.

Um primeiro passo foi dado, com a aprovação do Decreto-Lei n.º [...] de [...], no que respeita à competência para concessão de passaportes, tendo esta sido transferida para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, permitindo uma rede de atendimento mais extensa e próxima dos cidadãos, bem como uma maior oferta e eficiência do serviço prestado pela Administração no que respeita a esta concreta competência atribuída anteriormente aos Governadores Civis.

Num segundo momento, foi aprovado o Decreto-Lei n.º [...] de [...], através do qual se procedeu à transferência de diversas competências dos Governos e dos Governadores Civis, fixadas em diplomas legais da competência do governo, para outros Órgãos da Administração e se instituiu um regime jurídico especial relativo ao património e ao pessoal dos Governos Civis. Este diploma permite obter elevados ganhos de eficiência, quer através da reafectação de património a diferentes serviços, sobretudo às Forças e Serviços de Segurança e Protecção Civil, quer através de um aproveitamento criterioso dos recursos humanos anteriormente alocados aos Governos Civis que foram transferidos para os serviços que, em função das competências transferidas ou de necessidades já existentes, deles se encontram carenciados.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Através do presente diploma de Lei, conclui-se o processo da transferência de competências, agora em matéria de reserva de competência legislativa da Assembleia da República, dos governos civis para outras entidades da Administração Pública, prescindindo de uma estrutura desajustada e onerosa, o que permitirá que com menos recursos se atinjam os mesmos ou até melhores resultados no que concerne aos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos.

Foram ouvidas a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Associação Nacional de Freguesias e o Conselho Superior da Magistratura.

Assim:

Nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo apresenta à Assembleia da República a seguinte proposta de lei:

Artigo 1.º

Objecto

A presente lei orgânica determina a transferência das competências dos governos civis procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de Agosto, que regulamenta o direito de reunião, à décima nona alteração ao Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 29 de Agosto, que regulamenta a eleição do Presidente da República, à décima terceira alteração da Lei n.º 14/79, de 16 de Maio, da Lei Eleitoral para a Assembleia da República, à quinta alteração da Lei n.º 28/82, de 15 de Novembro, da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, à primeira alteração à Lei n.º 44/86, de 30 de Setembro, do Regime de Estado de Sítio e do Estado de Emergência, à quarta alteração da Lei n.º 14/87, de 29 de Abril, da Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu, à oitava alteração da Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, da Lei das Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Públicos, à segunda alteração à Lei n.º 20/95, de 13 de Julho, que regula a mobilização e a requisição no interesse da defesa nacional, à terceira alteração da Lei n.º 15-A/98, de 3 de Abril, da Lei Orgânica do



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Regime do Referendo, à terceira alteração da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da Lei que estabelece o Quadro de Competências e Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias, à segunda alteração da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de Agosto, da Lei Orgânica do Regime Jurídico do Referendo Local, à quarta alteração da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de Agosto, da Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, à quinta alteração da Lei n.º 25/2006, de 30 de Junho, que aprova o Regime de Contra-ordenações Ocorridas em Infra-estruturas Rodoviárias e à segunda alteração à Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, da Lei de Bases da Protecção Civil.

Artigo 2.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de Agosto

O artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de Agosto, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 2.º

- 1 - As pessoas ou entidades que pretendam realizar reuniões, comícios, manifestações ou desfiles em lugares públicos ou abertos ao público deverão avisar por escrito e com a antecedência mínima de dois dias úteis o Presidente da Câmara Municipal territorialmente competente.
- 2 - [...].
- 3 - [...].»

Artigo 3.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de Maio

Os artigos 23.º, 29.º, 31.º, 38.º, 43.º, 55.º, 59.º, 81.º, 86.º, 97.º, 98.º, 102.º, 103.º, 104.º, 115.º e 159.º-A do Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 377-A/76, de 19 de Maio, pelo Decreto-Lei n.º 445-A/76, de 4 de Junho, pelo Decreto-Lei n.º 456-A/76, de 8 de Junho, pelo Decreto-Lei n.º 472-B/76, de 15 de Junho, pelo Decreto-Lei n.º 472-A/76, de 15 de Junho, pelo Decreto-Lei n.º 495-A/76, de 24 de



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Junho, pela Lei n.º 143/85, de 26 de Novembro, pelo Decreto-Lei n.º55/88, de 26 de Fevereiro, pela Lei 11/95, de 22 de Abril, pela Lei 35/95, 18 de Agosto, pela Lei n.º 110/97, de 16 de Setembro, pela Lei Orgânica n.º 3/2000, de 24 de Agosto, pela Lei Orgânica n.º 2/2001, de 25 de Agosto, pela Lei Orgânica n.º 5/2005, de 8 de Setembro, pela Lei Orgânica n.º 4/2005, de 8 de Setembro e pela Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 23.º

[...]

- 1 - As candidaturas definitivamente admitidas são de imediatamente afixadas à porta do Tribunal e enviadas, por cópia, ao Director-Geral de Administração Interna ou, nas Regiões Autónomas, ao Representante da República, e das câmaras municipais, que as publicam, no prazo de 2 dias, por editais afixados à porta de todas as câmaras municipais e juntas de freguesia, bem como das embaixadas, consulados e postos consulares.
- 2 - No dia da eleição, as candidaturas sujeitas a sufrágio serão novamente publicadas por editais afixados à porta e no interior das assembleias de voto.

Artigo 29.º

[...]

- 1- [...].
- 2- Verificada a regularidade de declaração de desistência, o presidente do Tribunal manda imediatamente afixar cópia à porta do edifício do Tribunal e notifica do facto a Comissão Nacional de Eleições.
- 3- [...].
- 4- [...].



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 31.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - [...].

4 - Da decisão referida no número anterior cabe recurso, a interpor no prazo de 2 dias, por iniciativa das juntas de freguesia, ou de, pelo menos, 10 eleitores de qualquer assembleia de voto, para o Juíz de Direito da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma, que decide em definitivo e em igual prazo.

Artigo 38.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - [...].

4 - [...].

5 - Até cinco dias antes do dia da eleição, o presidente da câmara municipal lavrará o alvará de nomeação dos membros das mesas das assembleias eleitorais e participará as nomeações às juntas de freguesia competentes.

6 - [...].

7 - [...].

8 - [...].



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 43.º

[...]

1 - [...].

2 - As entidades referidas no número anterior entregarão também a cada presidente da assembleia ou secção de voto, até três dias antes do dia designado para a eleição, os boletins de voto.

Artigo 55.º

[...]

1 - Os proprietários de salas de espectáculos ou de outros recintos de normal utilização pública que reúnam condições para serem utilizados na campanha eleitoral deverão declará-lo ao respectivo Presidente de Câmara Municipal até dez dias antes da abertura da campanha, indicando as datas e horas em que as salas ou recintos poderão ser utilizados para aquele fim. Na falta de declaração ou em caso de comprovada carência, o Presidente de Câmara Municipal pode requisitar as salas e os recintos que considere necessários à campanha eleitoral, sem prejuízo da actividade normal e programada para os mesmos.

2 - [...].

3 - Até quarenta e oito horas depois da abertura da campanha, o Presidente de Câmara Municipal, ouvidos os mandatários das candidaturas, indicará os dias e as horas atribuídos a cada uma, de modo a assegurar a igualdade entre todas.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 59.º

[...]

Os Presidentes das Câmaras Municipais procurarão assegurar a cedência do uso para os fins da campanha eleitoral de edifícios públicos e recintos pertencentes ao Estado e outras pessoas colectivas de direito público, repartindo com igualdade a sua utilização pelos concorrentes.

Artigo 81.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - [...].

4 - [...].

5 - O reconhecimento da impossibilidade de a eleição se efectuar e o seu adiamento competem ao Presidente de Câmara Municipal ou, nas Regiões Autónomas, ao Representante da República.

6 - No caso de nova votação, nos termos dos n.ºs 2 e 3 não se aplica o disposto na parte final do n.º 3 do artigo 35.º e no artigo 85.º e os membros das mesas podem ser nomeados pelo Presidente de Câmara Municipal ou, nas Regiões Autónomas, ao Representante da República.

7 - [...].

Artigo 86.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

3 - [...].

4 - [...].

5 - O Director-Geral de Administração Interna remeterá a cada Presidente de Câmara Municipal os boletins de voto para que estes cumpram o preceituado no n.º 2 do artigo 43.º, disso informando o Juíz de Direito da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma.

6 - [...].

7 - O Presidente da Câmara Municipal e os presidentes das assembleias ou secções de voto prestarão contas ao Juíz de Direito da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma dos boletins de voto que receberam, devendo os presidentes das assembleias ou secções de voto devolver-lhe, no dia seguinte ao da eleição, os boletins não utilizados e os boletins deteriorados ou inutilizados pelos eleitores.

8 - [...].

Artigo 97.º

[...]

1 - O apuramento da eleição em cada distrito compete a uma assembleia de apuramento distrital, a qual iniciará os seus trabalhos às nove horas do dia subsequente ao da eleição, em local determinado para o efeito pelo Magistrado que preside à assembleia de apuramento distrital.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 2 - Até ao décimo quarto dia anterior ao da eleição, o Director-Geral de Administração Interna, nos distritos de Lisboa, Porto, Aveiro, Braga e Setúbal, poderá determinar o desdobramento do distrito em assembleias de apuramento, respeitando a unidade dos municípios, e que serão consideradas para todos os efeitos como assembleias de apuramento distrital.
- 3 - [...].
- 4 - Para o efeito da designação prevista nas alíneas *a)* e *c)* do n.º1 do artigo 98.º, o Director-Geral da Administração Interna comunica a sua decisão ao presidente do Tribunal da Relação respectivo e aos Ministros da Administração Interna e da Educação e Ciência.

Artigo 98.º

[...]

- 1 - [...]:
- a)* [...];
 - b)* [...];
 - c)* Dois professores, preferencialmente de matemática que leccionem na área da sede do distrito, designados pelo Ministro da Educação e Ciência;
 - d)* Seis presidentes de assembleias de voto, designados pelo Juíz de Direito da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma;
 - e)* [...].



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

2 - A assembleia deverá estar constituída até à antevéspera da eleição, dando-se imediato conhecimento público dos nomes dos cidadãos que a compõem, e no caso de desdobramento, a área que abrange, através de edital a afixar à porta do Tribunal da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma.

3 - [...].

4 - [...].

5 - [...].

Artigo 102.º

[...]

Os resultados do apuramento distrital serão publicados por meio de edital afixado à porta do Tribunal da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma, até ao 6.º dia posterior ao da votação.

Artigo 103.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - O terceiro exemplar da acta, bem como toda a documentação presente à assembleia de apuramento distrital, permanece com o Juíz de Direito da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma, o qual conservará e guardará sob a sua responsabilidade.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 104.º

[...]

Aos candidatos e aos mandatários de cada candidatura proposta à eleição serão passadas pela Secretaria do Tribunal da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma certidões ou fotocópias da acta de apuramento distrital.

Artigo 115.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - [...].

4 - Nos 2 dias seguintes ao termo do prazo previsto no número anterior, o Tribunal Constitucional, em plenário, decide o recurso, comunicando imediatamente a decisão à Comissão Nacional de Eleições.

Artigo 159.º-A

[...]

1 - [...].

2 - As referências ao Director-Geral de Administração Interna e Juíz de Direito da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma entendem-se feitas, no estrangeiro aos embaixadores.

3 - As referências às câmaras municipais e juntas de freguesia entendem-se feitas, no estrangeiro, respectivamente:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- a) Ao encarregado do posto consular de carreira ou encarregado da secção consular da embaixada ou ao funcionário do quadro de pessoal diplomático com maior categoria a seguir ao embaixador;
- b) À comissão recenseadora.

4 - [*Anterior n.º 3*].

5 - [*Anterior n.º 4*].»

Artigo 4.º

Alteração à Lei n.º 14/79, de 16 de Maio

Os artigos 5.º, 6.º, 30.º, 31.º, 36.º, 39.º, 40.º, 47.º, 52.º, 65.º, 68.º, 90.º, 95.º, 107.º, 108.º, 113.º, 114.º, 116.º e 118.º da Lei n.º 14/79, de 16 de Maio, alterada pelas Leis n.º 14-A/85, de 10 de Julho, n.º 18/90, de 24 de Julho, n.º 31/91, de 20 de Julho, n.º 72/93, de 30 de Novembro, n.º 10/95, de 7 de Abril, n.º 35/95, de 18 de Agosto, pelas Leis Orgânicas n.º 1/99, de 22 de Junho, n.º 2/2001, de 25 de Agosto, n.º 3/2010, de 15 de Dezembro, e pelos Decretos-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro, n.º 55/88, de 26 de Fevereiro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 5.º

[...]

[...]:

- a) [...];
- b) [*Anterior c*];
- c) [*Anterior d*];
- d) [*Anterior e*];
- e) [*Anterior f*];
- f) [*Anterior g*];



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

g) [*Anterior h*)].

Artigo 6.º

[...]

- 1 - Não podem ser candidatos pelo círculo onde exerçam a sua actividade os directores e chefes de repartições de finanças e os ministros de qualquer religião ou culto com poderes de jurisdição.
- 2 - [...].

Artigo 30.º

[...]

- 1 - [...].
- 2 - [...].
- 3 - [...].
- 4 - [...].
- 5 - [...].
- 6 - É enviada cópia das listas referidas no número anterior ao Director-Geral de Administração Interna ou, nas Regiões Autónomas, ao Representante da República.

Artigo 31.º

[...]

- 1 - [...].
- 2 - [...].



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 3 - O resultado do sorteio é afixado à porta do Tribunal, sendo enviadas cópias do auto à Comissão Nacional de Eleições e ao Director-Geral da Administração Interna, ou, nas Regiões Autónomas, ao Representante da República.

Artigo 36.º

[...]

- 1 - As listas definitivamente admitidas são imediatamente afixadas à porta do Tribunal e enviadas, por cópia, à Comissão Nacional de Eleições e ao Director-Geral de Administração Interna, ou, nas Regiões Autónomas, ao Representante da República, e das câmaras municipais, que as publicam, no prazo de vinte e quatro horas, por editais afixados à porta de todas as Câmaras Municipais do círculo.
- 2 - Nos dias das eleições as listas sujeitas a sufrágio são novamente publicadas por editais afixados à porta e no interior das assembleias de voto.

Artigo 39.º

[...]

- 1 - [...].
- 2 - A desistência deve ser comunicada pelo partido proponente ao Juiz, o qual, por sua vez, a comunica à Direcção-Geral de Administração Interna ou, nas Regiões Autónomas, ao Representante da República.
- 3 - [...].

Artigo 40.º

[...]

- 1 - [...].



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

2 - [...].

3 - [...].

4 - Da decisão referida no número anterior cabe recurso, a interpor no prazo de 2 dias, por iniciativa das juntas de freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores de qualquer assembleia de voto, para o Juíz de Direito da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma que decide, em definitivo e em igual prazo.

5 - [...].

Artigo 47.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - [...].

4 - [...].

5 - [...].

6 - Até cinco dias antes do dia das eleições, o Presidente da Câmara Municipal lavra o alvará de nomeação dos membros das mesas das assembleias eleitorais e participa as nomeações às juntas de freguesia competentes.

7 - [...].

8 - [...].

Artigo 52.º

[...]

1 - [...].



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 2 - As entidades referidas no número anterior entregam também a cada presidente de assembleia ou secção de voto, até três dias antes do dia designado para as eleições, os boletins de voto.

Artigo 65.º

[...]

- 1 - Os proprietários de salas de espectáculos ou de outros recintos de normal utilização pública que reúnam condições para serem utilizados na campanha eleitoral devem declará-lo ao Presidente de Câmara Municipal até dez dias antes da abertura da campanha eleitoral, indicando as datas e horas em que as salas ou recintos podem ser utilizados para aquele fim. Na falta de declaração ou em caso de comprovada carência, o Presidente de Câmara Municipal pode requisitar as salas e os recintos que considerem necessários à campanha eleitoral, sem prejuízo da actividade normal e programada para os mesmos.

- 2 - [...].

- 3 - Até três dias antes da abertura da campanha eleitoral, o Presidente da Câmara Municipal, ouvidos os mandatários das listas, indica os dias e as horas atribuídos a cada partido e coligação de modo a assegurar a igualdade entre todos.

Artigo 68.º

[...]

O Presidente de Câmara Municipal deve procurar assegurar a cedência do uso, para os fins da campanha eleitoral, de edifícios públicos e recintos pertencentes ao Estado e outras pessoas colectivas de direito público, repartindo com igualdade a sua utilização pelos concorrentes no círculo em que se situar o edifício ou recinto.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 90.º

[...]

- 1 - [...].
- 2 - [...].
- 3 - O reconhecimento da impossibilidade definitiva da realização da votação ou o seu adiamento competem ao Presidente de Câmara Municipal.
- 4 - Na realização de nova votação, os membros das mesas podem ser nomeados pelo Presidente de Câmara Municipal.

Artigo 95.º

[...]

- 1 - [...].
- 2 - [...].
- 3 - [...].
- 4 - [...].
- 5 - O Director-Geral de Administração Interna ou, nas Regiões Autónomas, o Representante da República remete a cada Presidente de Câmara Municipal os boletins de voto para que este cumpra o preceituado no n.º 2 do artigo 52.º.
- 6 - [...].
- 7 - O Presidente da Câmara Municipal e os presidentes das assembleias ou secções de voto prestam contas ao Juíz de Direito da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma dos boletins de voto que tiverem recebido, devendo os presidentes das assembleias ou secções de voto devolver-lhe no dia seguinte ao das eleições os boletins não utilizados e os boletins deteriorados ou inutilizados pelos eleitores.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 107.º

[...]

O apuramento dos resultados da eleição em cada círculo eleitoral e a proclamação dos candidatos eleitos competem a uma assembleia de apuramento geral, que inicia os seus trabalhos às 9 horas do 2.º dia posterior ao da eleição, no local para o efeito designado pelo Presidente da Assembleia de Apuramento Geral.

Artigo 108.º

[...]

[...]:

- a) [...];
- b) [...];
- c) [...];
- d) Seis presidentes de assembleia ou secção de voto designados pelo Juíz de Direito da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma.
- e) [...].

Artigo 113.º

[...]

1 - [...].

2 - Nos dois dias posteriores àquele em que se concluir o apuramento geral, o presidente envia, por seguro do correio ou por próprio, contra recibo, dois exemplares da acta à Comissão Nacional de Eleições.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 114.º

[...]

Os cadernos eleitorais e demais documentação presente à assembleia de apuramento geral são entregues ao Juíz de Direito da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma.

Artigo 116.º

[...]

Aos candidatos e aos mandatários de cada lista proposta à eleição, bem como, se o requerer, a qualquer partido, ainda que não tenha apresentado candidatos, são passadas pela Secretaria do Tribunal da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma certidões ou fotocópias da acta de apuramento geral.

Artigo 118.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - [...].

4 - Nas quarenta e oito horas subsequentes ao termo do prazo previsto no número anterior, o Tribunal Constitucional, em plenário, decide definitivamente do recurso, comunicando imediatamente a decisão à Comissão Nacional de Eleições.»



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 5.º

Alteração à Lei n.º 28/82, de 15 de Novembro

Os artigos 92.º, 95.º e 96.º da Lei n.º 28/82, de 15 de Novembro, alterada pela Lei n.º 143/85, de 26 de Novembro, pela Lei n.º 85/89, de 7 de Setembro pela Lei n.º 88/95, de 1 de Setembro, e pela Lei n.º 13-A/98, de 26 de Fevereiro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 92.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - [...].

4 - Do sorteio é lavrado auto, do qual são enviadas cópias à Comissão Nacional de Eleições e à Direcção-Geral de Administração Interna.

Artigo 95.º

[...]

A relação das candidaturas definitivamente admitidas é enviada à Comissão Nacional de Eleições e à Direcção-Geral de Administração Interna, no prazo de 3 dias.

Artigo 96.º

[...]

1 - [...].

2 - Verificada a regularidade da declaração de desistência, o presidente do Tribunal imediatamente manda afixar cópia à porta do edifício do Tribunal e notifica a Comissão Nacional de Eleições e a Direcção-Geral de Administração Interna.»



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 6.º

Alteração à Lei n.º 44/86, de 30 de Setembro

O artigo 20.º da Lei n.º 44/86, de 30 de Setembro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 20.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - [...].

4 - Também sem prejuízo das atribuições do Governo, a execução da declaração do estado de emergência no território continental, a nível local, é coordenada pelos Comandantes Operacionais Distritais de Operações de Socorro, na área da respectiva jurisdição.»

Artigo 7.º

Alteração à Lei n.º 14/87, de 29 de Abril

Os artigos 5.º e 6.º da Lei n.º 14/87, de 29 de Abril, alterada pela Lei n.º 4/94, de 9 de Março, pela Lei Orgânica n.º 1/99, de 22 de Junho, e pela Lei Orgânica n.º 1/2005, de 5 de Janeiro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 5.º

[...]

[...]:

a) [...];

b) [...];



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- c) [*Anterior alínea d*];
- d) [*Anterior alínea e*];
- e) [*Anterior alínea f*];
- f) [*Anterior alínea g*];
- g) [*Anterior alínea h*].

Artigo 6.º

[...]

1 - [...]:

- a) [...];
- b) [...];
- c) [...];
- d) [...];
- e) [...];
- f) [...];
- g) [...];
- h) [*Anterior alínea i*].»

Artigo 8.º

Alteração à Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto

O artigo 1.º da Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, alterada pela Lei n.º 39-B/94, de 27 de Dezembro, pela Lei n.º 28/95, de 18 de Agosto, pela Lei n.º 42/96, de 31 de Agosto, e pela Lei n.º 12/98, de 24 de Fevereiro, passa a ter a seguinte redacção:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

«Artigo 2.º

[...]

1 - [...].

2 - [...]:

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) [...];

e) [...];

f) [*Anterior alínea b*].»

Artigo 9.º

Alteração à Lei n.º 20/95, de 13 de Julho

Os artigos 10.º, 17.º e 27.º da Lei n.º 20/95, de 13 de Julho, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 10.º

[...]

[...]:

a) Os representantes da república das regiões autónomas dos Açores e da Madeira;

b) [...];

c) [*Anterior alínea d*];

d) [*Anterior alínea e*];



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- e) [*Anterior alínea f*)];
- f) [*Anterior alínea g*)];
- g) [*Anterior alínea h*)];
- h) [*Anterior alínea i*)].

Artigo 17.º

[...]

- 1 - O conteúdo do diploma que decreta a mobilização deve constar de editais afixados nas juntas de freguesia, câmaras municipais e postos consulares.
- 2 - [...].

Artigo 27.º

[...]

- 1 - [...]:
 - a) [...];
 - b) Os representantes da república para as Regiões Autónomas;
 - c) Os membros dos governos das Regiões Autónomas;
 - d) Os Deputados à Assembleia da República;
 - e) [...];
 - f) [...];
 - g) [...];
 - h) [...];
 - i) [...];
 - j) [*Anterior alínea k*)];



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

k) [*Anterior alínea l*];

l) [*Anterior alínea m*].»

Artigo 10.º

Alteração à Lei Orgânica n.º 15-A/98, de 3 de Abril

Os artigos 77.º, 85.º, 88.º, 103.º, 104.º, 122.º, 145.º e 150.º da Lei Orgânica n.º 15-A/98, de 3 de Abril, alterada pela Lei Orgânica n.º 4/2005, de 8 de Setembro, e pela Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 77.º

[...]

1 - [...].

2 - Da decisão do presidente da câmara cabe recurso para o Juíz de Direito da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma.

3 - [...].

4 - Da decisão do Juíz de Direito da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma cabe recurso, a interpor no prazo de um dia, para o Tribunal Constitucional, que decide em plenário em igual prazo.

Artigo 85.º

[...]

[...]:

a) O Presidente da República, os Deputados, os membros do governo e dos governos regionais, os Representantes da República e os membros dos órgãos executivos das autarquias locais;

b) [...]



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 88.º

[...]

Até cinco dias antes do referendo, o presidente da câmara municipal lavra alvará de designação dos membros das mesas das assembleias ou secções de voto e participa as nomeações às juntas de freguesia respectivas.

Artigo 103.º

[...]

A Direcção-Geral de Administração Interna providencia o envio dos boletins de voto às câmaras municipais.

Artigo 104.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - O presidente e os vereadores da câmara municipal prestam contas ao Juíz de Direito da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma dos boletins de voto que tiverem recebido.

Artigo 122.º

[...]

1 - [...].

2 - O reconhecimento da impossibilidade definitiva da realização da votação ou o seu adiamento compete ao Juíz de Direito da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 145.º

[...]

- 1 - Os presidentes das mesas das assembleias de voto comunicam imediatamente à junta de freguesia ou à entidade para esse efeito designada pelo Director-Geral de Administração Interna ou pelo Representante da República, consoante os casos, os elementos constantes do edital previsto no artigo anterior.
- 2 - A entidade a quem é feita a comunicação apura os resultados do referendo na freguesia e comunica-os imediatamente ao Director-Geral de Administração Interna ou ao Representante da República.
- 3 - O Representante da República transmite imediatamente os resultados à Direcção-Geral de Administração Interna.

Artigo 150.º

[...]

- 1 - [...].
- 2 - Até ao décimo quarto dia anterior ao da realização do referendo, o Director-Geral da Administração Interna, nos Distritos de Lisboa, Porto, Aveiro, Braga e Setúbal pode decidir a constituição de mais de uma assembleia de apuramento intermédio, de modo que cada assembleia corresponda a um conjunto de municípios geograficamente contíguos.
- 3 - A decisão do Director-Geral da Administração Interna é imediatamente transmitida ao Ministro da Administração Interna, ao Presidente do respectivo Tribunal da Relação e publicada por edital a afixar aquando da constituição das assembleias de apuramento intermédio.»



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 11.º

Alteração à Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro

Os artigos 11.º, 47.º e 59.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 11.º

[...]

1 - [...].

2 - Esgotada a possibilidade de substituição prevista no número anterior e desde que não esteja em efectividade de funções a maioria do número legal de membros da assembleia, o presidente comunica o facto ao membro do Governo responsável pelas tutela das Autarquias Locais, para que este marque, no prazo máximo de 30 dias, novas eleições, sem prejuízo do disposto no artigo 99.º.

3 - [...].

4 - [...].

Artigo 47.º

[...]

1 - [...].

2 - Esgotada a possibilidade de substituição prevista no número anterior e desde que não esteja em efectividade de funções a maioria do número legal de membros da assembleia, o presidente comunica o facto ao membro do Governo responsável pelas tutela das Autarquias Locais, para que este marque, no prazo máximo de 30 dias, novas eleições, sem prejuízo do disposto no artigo 99.º.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

3 - [...].

4 - [...].

Artigo 59.º

[...]

1 - [...].

2 - Esgotada a possibilidade de substituição prevista no número anterior e desde que não esteja em efectividade de funções a maioria do número legal de membros da câmara municipal, o presidente comunica o facto à assembleia municipal e ao membro do Governo responsável pelas tutelas das Autarquias Locais, para que este proceda à marcação do dia de realização das eleições intercalares, sem prejuízo do disposto no artigo 99.º.

3 - [...].

4 - [...].

5 - [...].

6 - [...]:

a) [...];

b) [...].

7 - [...].»

Artigo 12.º

Alteração à Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de Agosto

Os artigos 67.º, 75.º, 78.º, 93.º, 94.º, 95.º, 112.º e 135.º da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de Agosto, passam a ter a seguinte redacção:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

«Artigo 67.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - Da decisão do autarca cabe recurso para o Juíz de Direito da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma.

4 - [...].

5 - Da decisão do Juíz de Direito da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma cabe recurso, a interpor no prazo de um dia, para o Tribunal Constitucional, que decide em plenário em igual prazo.

Artigo 75.º

[...]

Não podem ser designados membros da mesa de assembleia de voto:

a) O Presidente da República, os Deputados, os membros do Governo e dos Governo Regionais, os Ministros da República e os membros dos órgãos executivos das autarquias locais.

b) [...].

Artigo 78.º

[...]

Até cinco dias antes do referendo, o presidente do executivo autárquico lavrará alvará de designação dos membros das assembleias de voto, participando, no caso de referendo municipal, as nomeações às juntas de freguesia respectivas.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 93.º

[...]

A Direcção-Geral de Administração Interna providencia o envio dos boletins de voto às freguesias onde tem lugar o referendo.

Artigo 94.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - O órgão referido no n.º 1 presta contas ao Juíz de Direito da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma dos boletins de voto recebidos.

Artigo 95.º

[...]

No dia seguinte ao da realização do referendo, o presidente de cada assembleia de voto devolve ao Tribunal da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma, ou à entidade que o substitua, os boletins de voto não utilizados ou inutilizados pelos eleitores.

Artigo 112.º

[...]

1 - [...]:

a) [...];

b) [...].



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 2 - Quando, porém, as operações de votação não tenham podido realizar-se ou prosseguir por ocorrência de grave calamidade na freguesia, pode o Presidente da Câmara Municipal respectivo adiar a realização da votação até ao 14.º dia subsequente, anunciando o adiamento logo que conhecida a respectiva causa.
- 3 - A votação só pode ser adiada uma vez.

Artigo 135.º

[...]

- 1 - Os presidentes das mesas das assembleias de voto comunicam imediatamente à junta de freguesia ou à entidade para esse efeito designado pelo Director-Geral de Administração Interna ou pelo Representante da República, consoante os casos, os elementos constantes do edital previsto no número anterior.
- 2 - A entidade a quem é feita a comunicação apura os resultados do referendo na freguesia e comunica-os imediatamente ao Director-Geral de Administração Interna ou ao Representante da República.
- 3 - O Representante da República transmite imediatamente os resultados à Direcção-Geral de Administração Interna.»

Artigo 13.º

Alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de Agosto

Os artigos 15.º, 29.º, 30.º, 37.º, 50.º, 57.º, 58.º, 60.º, 70.º, 76.º, 79.º, 93.º, 111.º, 136.º, 141.º, 151.º, 152.º, 221.º, 222.º, 223.º e 232.º da Lei Orgânica n.º 1/2011, de 14 de Agosto, alterada pelas Leis Orgânicas n.º 5-A/2001, de 26 de Novembro, n.º 3/2005, de 29 de Agosto e n.º 3/2010, de 15 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

«Artigo 15.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - A marcação do dia da votação suplementar a que haja lugar por razões excepcionais previstas no presente diploma compete ao Presidente de Câmara Municipal.

4 - [...].

Artigo 29.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - [...].

4 - [...].

5 - [...].

6 - É enviada cópia das listas referidas no número anterior ao Director-Geral de Administração Interna.

Artigo 30.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 3 - Do acto de sorteio é lavrado auto de que são imediatamente enviadas cópias à Comissão Nacional de Eleições, e, bem assim, ao Presidente da Câmara Municipal respectiva, para efeitos de impressão dos boletins de voto.
- 4 - As denominações, siglas e símbolos dos partidos políticos e coligações devidamente legalizados, bem como os símbolos a utilizar na identificação dos órgãos a eleger, são remetidos pela Direcção-Geral da Administração Interna às câmaras municipais, juízes de comarca e, em Lisboa e Porto, aos juízes dos tribunais cíveis, até ao 40.º dia anterior ao da eleição.

Artigo 37.º

[...]

- 1 - [...].
- 2 - [...].
- 3 - Cabe ao Presidente de Câmara Municipal a marcação do dia de realização do novo acto eleitoral.
- 4 - [...].

Artigo 50.º

[...]

- 1 - [...].
- 2 - [...].
- 3 - [...].
- 4 - O auto a que alude o n.º 2 do artigo 5.º do citado diploma é enviado, por cópia, ao respectivo Presidente da Câmara Municipal e, consoante os casos, às entidades referidas no n.º 2.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

5 - A ordem de alteração dos trajectos ou desfiles é dada pela autoridade competente, por escrito, às mesmas entidades e comunicada ao Presidente da Câmara Municipal territorialmente competente.

6 - [...].

7 - [...].

8 - [...].

Artigo 57.º

[...]

1 - [...].

2 - Até 10 dias antes da abertura da campanha eleitoral, os operadores devem indicar ao Juíz de Direito da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma o horário previsto para as emissões relativas ao exercício do direito de antena.

3 - [...].

4 - [...].

5 - [...].

Artigo 58.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - A distribuição dos tempos de antena é feita pelo Juíz de Direito da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma mediante sorteio, até três dias antes do início da campanha, e comunicada de imediato, dentro do mesmo prazo, aos operadores envolvidos.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 4 - Para efeito do disposto no número anterior o Juíz de Direito da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma organiza tantas séries de emissões quantas as candidaturas que a eles tenham direito.
- 5 - [...].

Artigo 60.º

[...]

- 1 - A suspensão do exercício do direito de antena é requerida ao Tribunal de Comarca com Jurisdição na Sede do Distrito ou Região Autónoma pelo Ministério Público, por iniciativa deste ou a solicitação de representante de qualquer candidatura concorrente.
- 2 - [...].
- 3 - [...].
- 4 - [...].

Artigo 70.º

[...]

- 1 - [...].
- 2 - [...].
- 3 - Da decisão referida no n.º 1 cabe recurso para o Juíz de Direito da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma.
- 4 - [...].
- 5 - Da decisão do Juíz de Direito da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma cabe recurso, a interpor no prazo de um dia, para o Tribunal Constitucional, que decide em plenário em igual prazo.
- 6 - [...].



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 76.º

[...]

Não podem ser designados membros de mesa de assembleia de voto, para além dos eleitores referidos nos artigos 6.º e 7.º, os deputados, os membros do Governo, os membros dos Governos regionais, os Representantes da República, os membros dos órgãos executivos das autarquias locais e os mandatários das candidaturas.

Artigo 79.º

[...]

Até cinco dias antes da eleição, o Presidente da Câmara Municipal lavra alvará de designação dos membros das mesas das assembleias de voto e participa as nomeações às juntas de freguesia respectivas.

Artigo 93.º

[...]

- 1 - O papel necessário à impressão dos boletins de voto é remetido pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda ao respectivo Presidente da Câmara Municipal até ao 43.º dia anterior ao da eleição.
- 2 - As denominações, siglas e símbolos dos partidos políticos devidamente legalizados e das coligações registadas são remetidos pela Direcção-Geral da Administração Interna às câmaras municipais, aos juízes de comarca e, em Lisboa e Porto, aos juízes dos tribunais cíveis até ao 40.º dia anterior ao da eleição.
- 3 - [...].



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 111.º

[...]

- 1 - [...].
- 2 - Quando, porém, as operações de votação não tenham podido realizar-se ou prosseguir por ocorrência de grave calamidade na freguesia, pode o respectivo Presidente da Câmara Municipal adiar a realização da votação até ao 14.º dia subsequente, anunciando o adiamento logo que conhecida a respectiva causa.
- 3 - [...].
- 4 - Neste votação os membros das mesas podem ser nomeados pelo respectivo Presidente da Câmara Municipal.

Artigo 136.º

[...]

- 1 - Os presidentes das mesas das assembleias de voto comunicam imediatamente à junta de freguesia ou à entidade para esse efeito designada pelo Director-Geral da Administração Interna ou pelo Representante da República, consoante os casos, os elementos constantes do edital previsto no artigo anterior.
- 2 - A entidade a quem é feita a comunicação apura os resultados da eleição na freguesia e comunica-os imediatamente ao Director-Geral da Administração Interna ou ao Representante da República, consoante os casos.
- 3 - O respectivo Representante da República transmite imediatamente os resultados à Direcção-Geral de Administração Interna.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 141.º

[...]

- 1 - [...].
- 2 - [...].
- 3 - Compete ao Director-Geral de Administração Interna decidir, até ao 14.º dia anterior à data da eleição, sobre o desdobramento referido no número.

Artigo 151.º

[...]

- 1 - [...].
- 2 - No dia posterior àquele em que se concluir o apuramento geral, o presidente envia um dos exemplares da acta à Comissão Nacional de Eleições, por seguro do correio ou por próprio, contra recibo.

Artigo 152.º

[...]

- 1 - Os cadernos de recenseamento e demais documentação presentes à assembleia de apuramento geral, bem como a acta desta, são confiados à guarda e responsabilidade do Juíz de Direito da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma.
- 2 - Terminado o prazo de recurso contencioso ou decididos os recursos que tenham sido apresentados, o Juíz de Direito da Comarca com jurisdição na sede do Distrito ou Região Autónoma procede à destruição de todos os documentos, com excepção das actas das assembleias de voto, da acta da assembleia de apuramento geral e de uma das cópias dos cadernos eleitorais.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 221.º

[...]

1 - [...]:

a) [...];

b) [...];

c) [...].

2 - [...]:

a) Representante da República nas Regiões Autónomas;

b) [...];

c) [*Anterior alínea d)*].

3 - [...].

4 - [...].

5 - [...].

6 - [...].

Artigo 222.º

[...]

1 - [...].

2 - Cabe ao Membro do Governo responsável pela tutela das Autarquias Locais a marcação do dia de realização das eleições intercalares.

3 - [...].



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 223.º

[...]

1 - Sempre que haja lugar à realização de eleições intercalares é nomeada uma comissão administrativa cuja designação cabe ao Governo, no caso de município ou freguesia.

2 - [...].»

Artigo 14.º

Alteração à Lei n.º 25/2006, de 30 de Junho

O artigo 3.º da Lei n.º 25/2006, de 30 de Junho, alterada pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 113/2009, de 18 de Maio, pela Lei n.º 46/2010, de 7 de Setembro, pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 3.º

[...]

1 - [...].

2 - Os agentes de fiscalização referidos no número anterior são devidamente ajuramentados e credenciados pelo Presidente da Câmara Municipal do concelho da sede da empresa, devendo este manter um registo permanente e actualizado de tais agentes de fiscalização.»

Artigo 15.º

Alteração à Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho

Os artigos 13.º, 16.º, 34.º, 39.º, 50.º e 53.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, passam a ter a seguinte redacção:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

«Artigo 13.º

[...]

1 - [...].

2 - Cabe ao Comando Distrital de Operações de Socorro declarar a situação de alerta, no todo ou em parte do seu âmbito territorial de competência, precedida da audição, sempre que possível, dos Presidentes das Câmaras Municipais dos municípios abrangidos.

Artigo 16.º

[...]

A declaração da situação de contingência cabe ao Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil, precedida da audição, sempre que possível, dos presidentes das câmaras municipais dos municípios abrangidos.

Artigo 34.º

Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil

Compete ao Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil exercer, ou delegar, as competências de, no âmbito distrital, desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as acções de protecção civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas em cada caso.

Artigo 39.º

[...]

1 - [...]:

a) [*Anterior alínea b)*];

b) [*Anterior alínea c)*];

c) [*Anterior alínea d)*];



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

d) [Anterior alínea e];

e) [Anterior alínea f];

f) [Anterior alínea g].

2 - A Comissão Distrital de Protecção Civil é convocada pelo Comandante Operacional Distrital ou, na sua ausência ou impedimento, por quem for por ele designado.

Artigo 50.º

[...]

1 - [...]:

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) [...]

e) [...]

f) [...]

2 - [...].

3 - [...].

4 - [...].

5 - [...].

6 - [...].



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 7 - Os planos de emergência de âmbito nacional e distrital são elaborados pela Autoridade Nacional de Protecção Civil e os de âmbito municipal são elaborados pela respectiva Câmara Municipal.
- 8 - Os planos de emergência referidos no n.º 3 são elaborados pela Autoridade Nacional de Protecção Civil.
- 9 - [...].

Artigo 53.º

[...]

- 1 - [...].
- 2 - Compete aos Comandantes Operacionais Distritais de Operações de Socorro a solicitação ao Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil para a participação das Forças Armadas em funções de protecção civil nas respectivas áreas operacionais.
- 3 - Em caso de manifesta urgência, os Comandantes Operacionais Distritais de Operações de Socorro podem solicitar a colaboração das Forças Armadas directamente aos comandantes das unidades implantadas na respectiva área, informando disso mesmo o comandante operacional nacional.»



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 16.º

Norma revogatória

- 1 - É revogado o n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 377-A/76, de 19 de Maio, pelo Decreto-Lei n.º 445-A/76, de 4 de Junho, pelo Decreto-Lei n.º 456-A/76, de 8 de Junho, pelo Decreto-Lei n.º 472-A/76, de 15 de Junho pelo Decreto-Lei n.º 472-B/76, de 15 de Junho, pelo Decreto-Lei n.º 495-A/76, de 24 de Junho, pela Lei n.º 143/85, de 26 de Novembro, pelo Decreto-Lei n.º 55/88, de 26 de Fevereiro, pela Lei n.º 11/95, de 22 de Abril, pela Lei n.º 35/95, de 18 de Agosto, pela Lei n.º 110/97, de 16 de Setembro, pela Lei Orgânica n.º 3/2000, de 24 de Agosto, pela Lei Orgânica n.º 2/2001, de 25 de Agosto, pela Lei Orgânica n.º 5/2005, de 8 de Setembro, pela Lei Orgânica n.º 4/2005, de 8 de Setembro e pela Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15 de Dezembro.
- 2 - É revogada a alínea *b)* do artigo 5.º e o n.º 2 do artigo 114.º da Lei n.º 14/79, de 16 de Maio, alterada pelas Leis n.º 14-A/85, de 10 de Julho, n.º 18/90, de 24 de Julho, n.º 31/91, de 20 de Julho, n.º 72/93, de 30 de Novembro, n.º 10/95, de 7 de Abril, n.º 35/95, de 18 de Agosto, pelas Leis Orgânicas n.º 1/99, de 22 de Junho, n.º 2/2001, de 25 de Agosto, n.º 3/2010, de 15 de Dezembro, e pelos Decretos-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro, n.º 55/88, de 26 de Fevereiro.
- 3 - São revogadas a alínea *c)* do artigo 5.º e alínea *b)* do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 14/87, de 29 de Abril, alterada pela Lei n.º 4/94, de 9 de Março, pela Lei Orgânica n.º 1/99, de 22 de Junho, e pela Lei Orgânica n.º 1/2005, de 5 de Janeiro.
- 4 - São revogadas as alíneas *d)* e *e)* do n.º 1 do artigo 1.º da Lei 64/93, de 26 de Agosto, alterada pela Lei n.º 28/95, de 18 de Agosto.
- 5 - São revogadas a alínea *c)* do artigo 10.º e alínea *j)* do artigo 27.º da Lei n.º 20/95, de 13 de Julho.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 6 - São revogados o n.º 4 do artigo 93.º, a alínea d) do n.º 2 do artigo 221.º e o artigo 232.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, alterada pelas Leis Orgânicas n.º 5-A/2001, de 26 de Novembro, n.º 3/2005, de 29 de Agosto e n.º 3/2010, de 15 de Dezembro.
- 7 - É revogado o n.º 2 do artigo 34.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho.

Artigo 17.º

Republicações

- 1 - É republicado o Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de Maio, que faz parte integrante da presente Lei e constitui o seu anexo I.
- 2 - É republicada a Lei n.º 14/79, de 16 de Maio, que faz parte integrante da presente Lei e constitui o seu anexo II.
- 3 - É republicada a Lei n.º 15-A/98, de 3 de Abril, que faz parte integrante da presente Lei e constitui o seu anexo III.
- 4 - É republicada a Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de Agosto, que faz parte integrante da presente Lei e constitui o seu anexo IV.
- 5 - É republicada a Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de Agosto, que faz parte integrante da presente Lei e constitui o seu anexo V.
- 6 - É republicada a Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, que faz parte integrante da presente Lei e constitui o seu anexo VI.

Artigo 18.º

Disposição transitória

Todas as atribuições ou competências, resultantes de actos legislativos não mencionados na presente Lei e que se incluam no âmbito da competência legislativa da Assembleia da República, cometidas aos governos civis ou aos governadores civis são atribuídas ao Ministro da Administração Interna, com faculdade de delegação e subdelegação.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 19.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de

O Primeiro-Ministro

O Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares